

Reconciliação Divina, Humana e Planetária: o desafio do amor divino diante da crise existencial humana e ecológica *

Divine, Human, and Planetary reconciliation: the challenge of divine love against the human and ecological existential crisis

Ângela Zitzke **

Resumo

Pretende-se, num primeiro momento, fazer um estudo sobre o modelo salvífico da reconciliação, apresentando (1) as causas do afastamento humano, (2) a barreira do pecado, (3) a obra de Deus em Cristo, bem como (3) sua manifestação de amor. Num segundo momento, abordar-se-á o aspecto subjetivo da reconciliação, isto é, a re-ação cristã ao modelo. Num terceiro momento, discorrer-se-á a respeito da nova relação de igualdade que o ser humano pode experimentar. Três aspectos importantes serão abordados com relação a essa nova relação proposta por Deus: (1) a reconciliação com Deus, (2) a reconciliação humana e (3) a reconciliação em dimensões cósmicas/planetárias, em que toda a natureza está em sintonia com Deus e a humanidade. A intenção do artigo é apresentar o amor divino como solução capaz de validar essa relação reconciliatória divina; ação esta que, através da entrega de Cristo, estende ao ser humano uma nova forma de vincular-se a Deus e de mudar o mundo no qual habita. Esse amor é oferecido de forma incondicional a todos os que, animados pela boa-nova da reconciliação, aceitam sua mensagem eficaz e dispõem-se a construir um mundo melhor, sempre movidos pela entrega primeira de Cristo.

Palavras-chave: Reconciliação; Amor divino; Salvação; Meio ambiente.

Abstract

At first, it is intended to do a study about this reconciliatory theology, stating (1) the reasons for the human separation, (2) the barrier of sin, (3) the work of God in Christ, as well as (4) his expression of love. A second time, it will raise about the subjective aspect of reconciliation, i.e. the Christian re-action to the model. A third time will be about the new relationship of equality that the human being can experience. Three important issues will be spoken concerning to this new relationship proposed by God: (1) the reconciliation with God, (2) the human reconciliation and (3) the cosmic/planetary reconciliation, where all nature is in harmony with God and humanity. The article's intention is to present the divine love as a solution able to validate this divine and reconciliatory relationship; an action that inaugurated by death of Christ on the cross, becomes real and effective for all mankind. This love delivered, which is offered indiscriminately, happens unconditionally to all that, excited by the good news of reconciliation, accept your effective message and is willing to construct a better world, always moved by the delivery of Christ.

Key words: Reconciliation; Divine love; Salvation; Environment.

Artigo recebido em 16 de maio de 2009 e aprovado para publicação em 10 de julho de 2009.

* Trabalho realizado com o auxílio financeiro do CNPq. Artigo recebido em 16 de maio de 2009 e aprovado para publicação em 10 de julho de 2009.

** Doutoranda pelo PPG da Faculdade EST, em São Leopoldo, RS, Brasil, cursa Teologia - área bíblica, com ênfase em Novo Testamento, orientanda do Prof. Dr. Uwe Wegner. Sua pesquisa está voltada ao estudo do amor divino na carta aos Romanos, com ênfase na entrega (modelos salvíficos de reconciliação, expiação e justificação). A perspectiva de confessionalidade evangélico-luterana perpassará o trabalho, justamente por ser esta a confissão teológica da autora (IECLB). e-mail: angelazitzke@yahoo.com.br

Introdução

O presente artigo pretende apresentar o conceito de reconciliação através da teologia do apóstolo Paulo (onde o termo é encontrado em Rm 5.10-11; 2 Co 5.18-20; Ef 2.16), mas incluindo também sua escola paulina (pois trabalha com versículos em Colossenses, Efésios, 1 e 2 Timóteo, Tito e 2 Tessalonicenses). Importa ressaltar que é de grande valor a contribuição do hino cristológico de Cl 1.20-22, em que Cristo reconcilia consigo o mundo inteiro, pois a partir dele serão trabalhadas as questões ecológicas emergentes do texto.

O objetivo deste artigo é ressaltar a validade da entrega a Deus e o vínculo com a sua santidade divina através da fé. Busca-se incentivar para que a reconciliação não fique apenas teorizada, apesar de seu conceito ter sido bem desenvolvido de forma tradicional no primeiro item. As citações baseadas em enciclopédias, teologias e dicionários bíblicos são propositais para que o/a leitor/a seja informado/a do que a teologia tradicional já afirmou a respeito do tema. Considerações pessoais de caráter existencialista acompanham o primeiro item, ajudando na compreensão do conceito na forma como ele foi desenvolvido pela Igreja.

A partir da perspectiva da fé, que cumpre as obras de forma espontânea, os dois itens a seguir serão observados de uma nova forma. Serão propostas de mudanças para o estado atual da sociedade e da condição humana transgressora, simultaneamente justa e pecadora, através do diálogo com vários autores, na busca por uma nova relação de igualdade com Deus, com o próximo e com o cosmos.

1 Análise sistemática a respeito do modelo salvífico usado por Paulo em sua teologia: καταλλαγή - Reconciliação

Paulo é o único escritor neotestamentário que emprega os termos *katallasso* e *katallage*. Estes aparecem raras vezes no Novo Testamento, mas são conceitos de grande importância para a teologia paulina. “Servem para dar mais precisão teológica e cristológica à obra de Cristo do que os conceitos soteriológicos que geralmente se acham nos Evangelhos Sinóticos e em Atos, tais quais ‘perdão’” (COENEN; BROWN, 1989, p. 71). Os termos usados por Paulo, como justificação e reconciliação, ocupam um lugar central na sua teologia. Essa centralidade acontece, pois Paulo coloca na pessoa de Jesus Cristo, o novo Adão (Rm 5.12s), a responsabilidade por transformar o

relacionamento de inimizade em nova unidade entre Deus e o ser humano (COENEN; BROWN, 1989, p. 71).

O modelo da reconciliação será observado a partir de quatro importantes aspectos, que estão diretamente ligados entre si, um dando a devida sequência ao outro:

(1) A ideia de reconciliação com Deus parte da pressuposição de que o ser humano está afastado, como que impedido de chegar até Deus por causa de seu pecado. “A bíblia ensina que os dois encontram-se separados por causa da santidade de Deus e do pecado do homem” (YOUNGBLOOD, 2004, p. 1211). Logo, “a reconciliação é necessária, entre duas partes, quando ocorreu algo que causou o rompimento e fez com que uma ou ambas as partes se tornassem hostis uma a outra” (LADD, 1984, p. 420). Esse modelo tem por metáfora “a readmissão à presença de nosso justo soberano, depois de nossa rebelião contra ele” (RICHARDSON, 1996, p. 216). Portanto, a reconciliação não se aplica “às boas relações em geral, mas antes, à eliminação de uma inimizade, à eliminação de uma disputa” (DOUGLAS, 1995, p. 1371).

A partir de uma perspectiva vivencial, pode-se afirmar que esse afastamento natural é motivado por diversos fatores. O ser humano passa a pensar que, tentando assumir o lugar de Deus, poderá fazer algo por si mesmo que mude essa situação de insatisfação. Entretanto, todos esses sentimentos e atitudes de controle representam uma queda, um brusco afastamento do amor, do divino, do ser e da santidade de Deus. Isso acontece sempre que, por insatisfação ou raiva, descontentamento ou ingratidão, o ser humano se deixa levar pela falta de fé. A ausência de amor por si e por Deus, a própria vontade de desvincular-se da graça de Deus diante de situações adversas na vida geram esse afastamento.

(2) O pecado aliena o ser humano, quebra seu relacionamento com Deus e cria uma enorme barreira. “A barreira surge porque Deus exige santidade da parte do homem” (DOUGLAS, 1995, p. 1371). Essa barreira é intransponível para ele, que, enquanto humano, não pode deixar de pecar. O ser humano é falho e não consegue elevar-se com suas próprias forças até a santidade divina. Ele é fraco (Rm 5.6), ímpio (Rm 5.6), pecador (Rm 5.8) e inimigo de Deus (Rm 5.10; Cl 1.21). Pode-se afirmar que “um inimigo não é alguém que está apenas um pouco aquém de ser um amigo. O inimigo está num campo diretamente oposto” (DOUGLAS, 1995, p. 1371). Sua atitude rebelde e hostil para com Deus precisa ser cessada. O ser humano “não se sente muito preocupado por causa do seu pecado” (DOUGLAS, 1995, p. 1371) até deparar com a lei que o acusa. Só assim ele pode reconhecer o seu erro, entretanto jamais fazer algo para

justificar-se. Para acabar com essa condição de inimizade, Deus faz aquilo que nenhum ser humano teria capacidade de fazer, nem os rebeldes, nem os transgressores, muito menos os considerados justos ou de conduta ética admirável. “Deus reconciliou os homens rebeldes consigo mesmo, que eram incapazes de fazer qualquer coisa para estabelecer ‘paz’ com Deus, ou qualquer relação adequada” (RICHARDSON, 1996, p. 217). Independentemente do que a humanidade venha a fazer, o amor divino por ela nunca varia. A reconciliação em Cristo foi alcançada “mediante um tratamento eficaz com a causa da raiz da inimizade. [...] Cristo pôs a inimizade fora do caminho. E abriu largamente o caminho para que os homens possam voltar a Deus” (DOUGLAS, 1995, p. 1371), mas jamais por suas próprias forças.

Esse ser humano, em estado de queda, não está sozinho. Mesmo que se sinta abandonado, Deus não o abandonou. Ocorreu de fato um afastamento, não de Deus, mas antes do próprio ser humano, que se abandonou a si mesmo. Ao tomar o controle, movido pelo seu pecado, ele passa a ser conivente com tudo aquilo com que, em fé, não mais concordava. O vazio em seu coração, antes preenchido com amor, é resultado de seu pecado. A solidão aumenta cada vez mais, até chegar a um ponto limite em que ele precisa reconhecer que a queda não leva a nenhum outro lugar senão à própria autodestruição. E Deus está ali, do seu lado, desde o início, esperando que o ser humano constantemente se arrependa, isto é, reconheça sua raiva, arrogância, prepotência, autossuficiência; que saia do lugar Dele e deixe que a fé, o amor e a humildade novamente assumam o lugar principal em seu coração. Isso só é possível porque Deus o amou primeiro e estende sua mão incessantemente.

(3) A reconciliação é obra de Deus, em Cristo. É Dele a iniciativa primeira, e não do ser humano. “Deus é sempre o sujeito da reconciliação e o homem, ou o mundo, é o objeto. [...] O homem não pode se reconciliar com Deus; ele tem que ser reconciliado com Deus através da ação divina” (LADD, 1984, p. 421). Dessa maneira, Cristo é o realizador da obra reconciliatória vinda de Deus. A entrega de Cristo acontece para restabelecer essa comunhão. “A reconciliação é a restauração do homem justificado ao relacionamento com Deus” (LADD, 1984, p. 420). Deus inicia e Cristo realiza o processo de reconciliação. Cristo é tido como o representante de Deus na cruz que, ao morrer, gera união novamente entre o divino sacro e o humano maculado. Portanto, a reconciliação foi efetuada primeiro fora do ser humano, por Cristo, “antes que qualquer coisa tivesse acontecido no íntimo do homem” (DOUGLAS, 1995, p. 1371).

Ao tomar o controle, isto é, ser atuante, usar de seu livre-arbítrio, de sua oportunidade para fazer o “mal”, o ser humano estará entrando em contato com seu vazio, sua raiva, e movido por esses sentimentos, na busca desesperada por consolo e preenchimento desse vazio em si (que só Deus pode acalantar), apegar-se-á àquilo que aparentemente lhe traz conforto e na verdade não passa de fuga (em consequência, esse rompimento levará ao desespero seu ser). O afastamento de Deus, a ausência de fé, a ingratidão diante da vida, a própria murmuração e insatisfação, as cobranças diante de Deus geram a morte, pois afastar-se de Deus representa todos os sentimentos que envolvem o ser humano caído podem ser afastadas e este novamente pode ser preenchido por luz e pela presença divina, através de Cristo, que é o sujeito primeiro da reconciliação.

A fé, fator que vincula a humanidade maculada ao Deus que é santo, não vem da condição humana de se arrepender e pedir perdão. Essa fé, que representa o novo vínculo reconciliatório com Deus, vem de algo maior que ele mesmo. Se dependesse do ser humano, ele continuaria vivendo e atuando de forma inadequada, pois tem real prazer no pecado. Peca porque é conivente com esse impulso natural que traz em si. Mas graças ao Cristo, que está definitivamente presente ao lado do ser humano, há sempre a oportunidade desse humano ser reconciliado com o que há de divino, e não mais com o que há de enfermidade em seu ser (humano e por isso dual). A fé, que vincula novamente a humanidade caída ao Deus santo e divino, é dada por Cristo através de sua entrega amorosa. Basta aceitar algo que foi feito muito antes de o próprio ser humano estar preparado para isso (pois precisou matar o Jesus que lhe ofertou novo vínculo e a possibilidade de crer) e deixar que ela o transforme e o leve novamente até a casa do Pai, cada vez menos conivente com o mal em si e mais transformado pela ação de Cristo.

O NT acaba com a pretensão humana de expiar pecados por seus próprios méritos, já antecipada pelos profetas (Is 1.11-17; Mq 6.6-8). Ele anuncia o Deus de misericórdia que vem ao encontro da humanidade, pois esta jamais conseguiria fazer o mesmo sem a ação primeira de Deus. “Paulo se esforça por demonstrar a partir das escrituras do AT que a salvação sempre foi pela graça mediante a fé (Rm 3,4) e mostrar que o papel da lei não visava ser um meio de salvação (Rm 2,3; 7,8)” (COENEN; BROWN, 1989, p. 72). “Portanto a reconciliação é um ato completo de Deus, algo que ocorre antes de ações humanas como confissão, arrependimento e restituição” (YOUNGBLOOD, 2004, p. 1211). Dessa maneira fica claro que graciosamente e por

pura misericórdia divina “a reconciliação operada por Cristo é a obra do próprio Deus” (COENEN; BROWN, 1989, p. 72).

(4) A morte vencedora de Cristo representa a manifestação suprema do amor de Deus. (Rm 5.8) “A imagem de perdoar ou optar por ignorar uma hostilidade ativa pode ser tão eficaz quanto a do sacrifício pelos pecados” (DUNN, 2003, p. 275). A morte de Cristo foi uma prova do amor de Deus à humanidade ainda pecadora e ímpia. “É o próprio amor de Deus a fonte e o fundamento da reconciliação” (LADD, 1984, p. 421). Para Paulo, a morte tem papel central (Rm 5.6-10; Ef 2.13; Cl 1.20), pois é esta que efetua a reconciliação. Essa “morte é ato de Deus em benefício dos homens e jamais ato humano de propiciação oferecido a Deus” (RICHARDSON, 1996, p. 216). De acordo com 2 Co 5.21 e Rm 8.3, pode-se afirmar que “tudo aquilo que Cristo fez na cruz abrange e ultrapassa as ofertas veterotestamentárias pelo pecado” (COENEN; BROWN, 1989, p. 74-75).

Entretanto, o NT jamais proclamaria que “a morte de Cristo teria sido oferta ou *satisfação* prestada por ele, enquanto homem, em nosso favor, para reparar a honra ou majestade ofendida do Deus infinito” (RICHARDSON, 1996, p. 217). O termo “satisfação” nunca aparece no NT referindo-se à pessoa de Deus. Quando aparece, não tem qualquer conotação de exigência.¹ “O NT não diz que Deus exija satisfação (seja em termos de honra ou de débito) ou que o homem (mesmo o homem-Deus) a tenha oferecido. Nem afirma que Deus precise ser reconciliado com o homem; São Paulo [somente] ensina que o homem tem que ser reconciliado com Deus” (RICHARDSON, 1996, p. 217).

Nesse modelo, não está mais presente a imagem de um Deus irado, que precisa ser aplacado, ou de um oponente a ser adulado. Agora não está mais em jogo o Deus de ira e de hostilidade, mas o Deus de amizade e misericórdia. A imagem ilustrativa para melhor exemplificar é a do “Rei, que poderia aniquilar os inimigos, mas não o faz; reconcilia-nos ‘com Deus mediante a morte de seu filho’ (Rm 5.10s)” (RICHARDSON, 1996, p. 216).

Desde a Idade Média, principalmente a partir de Santo Anselmo, entendeu-se que sem castigo era impossível receber o perdão divino (indulgências ou até mesmo o

¹ “Muitas deformações e dissensões que afligem a Igreja, no que tange à discussão teológica, vêm da insistência de seitas e de porções da comunidade cristã em usar palavras que não se encontram no NT; é o que se dá, especialmente, a propósito das teorias da expiação” (RICHARDSON, 1996, p. 217).

sistema penitencial, por exemplo). Afirmava-se que o castigo de Jesus na cruz seria condição prévia para haver reconciliação.

Em todo caso na Bíblia há uma referência absolutamente fundamental: Deus não está condicionado por nada nem por ninguém. Não precisa aplicar o castigo para perdoar. Deus perdoa sem castigo. Deus sempre toma a iniciativa. A sua misericórdia não tem limites e não precisa de nenhuma condição prévia. (COMBLIN, 1987, p. 24)

O sacrifício de Jesus não é oferecido a Deus. É justamente Deus quem se entrega por amor. “Expiar o pecado não quer dizer sofrer um castigo, mas pelo contrário realizar um gesto protetor que suprime o perigo do pecado, que afasta o mal do pecado deste mundo” (COMBLIN, 1987, p. 25). Ao se entregar até a morte, Jesus mostra a sua não conviência com a maldade humana. Ele poderia ter reagido com violência à violência de atos desprovidos de amor, atos pecaminosos, mas optou por agir com amor em resposta à vontade humana de agredi-lo. O ser humano pode gratamente reconhecer que é beneficiado ao receber o perdão e amor divinos depois de errar. Seu gesto amoroso salva a humanidade da destruição e da morte. Assim, “a morte de Jesus não foi um castigo: foi um ato de fé, de confiança no Pai de amor” (COMBLIN, 1987, p. 26). A morte é sinônimo de perdão e de recomeço. Ela medeia a salvação, “mas não era condição necessária para que Deus perdoasse. Se Deus aceitou isso, é sinal de que estava disposto a perdoar tudo de qualquer maneira e que nada podia parar-lhe a vontade de perdoar” (COMBLIN, 1987, p. 26).

A morte de Jesus deixa clara a opção de Deus em ser um Deus de misericórdia e não um Deus de ira. Sua entrega, registrada de forma histórica e experimentada de forma radical representa “a irrupção de Deus que vem para dizer: ‘Eu amo vocês’. [...] A cruz é a autodoação de Deus por nós. [...] É a execução da opção de Deus no sentido de ser misericordioso” (FORDE, 1995, p. 81-82). Deste modo, a cruz não se realizou para que o Deus insatisfeito fosse propiciado, mas antes foi “o meio pelo qual a graça do Deus que elege invade o nosso mundo caído e nele se manifesta. [...] Tudo isso, entretanto, não serve para mudar Deus como tal. Serve para executar a resolução de Deus de ser gracioso” (FORDE, 1995, p. 83). Jesus morre, não para ser um pagamento substitutivo, e sim para “ser por nós”, para mudar a situação humana devido à iniciativa divina. Jesus não precisa ser visto como holocausto satisfatório. “Jesus é aquele através do qual a obra de Deus é feita para conosco e em nós. [...] é através dele e nele que nós morremos e somos ressuscitados. A velha pessoa é destruída e a nova é erguida. [...] Jesus assume de modo ativo e pleno o lugar em que estamos e deveríamos estar”

(FORDE, 1995, p. 84). A proposta é que se pare de olhar para Jesus como pagamento a Deus e se passe a olhar para ele como dádiva de Deus; uma dádiva feita por amor. Esta contágia de amor todos os que a ele receberam em fé, mediada pelo próprio Cristo ao coração humano.

Portanto, a afirmação de que Deus reconcilia a humanidade através da morte e do sangue de Jesus é verdadeira, na medida em que essa morte e esse sangue derramado sejam vistos na perspectiva da entrega generosa, não violenta e bem intencionada de gerar reconciliação e paz para a humanidade que vive em estado de pecado e em constante aprendizado. Sua dor foi real, pois a humanidade padecia na dor. Seu sacrifício foi real, pois representava a maldade humana em seu estado de pecado e desligamento com Deus. O divino irrompe na história da humanidade para lhe oferecer a reconciliação, mediante a fé. Esta é uma proposta inigualável, que desafia a humanidade justamente a parar de sentir ou gerar dor e a iniciar uma nova trajetória regida e guiada pelo amor.

O sangue de Jesus tem poder porque foi derramado em sacrifício para perdoar e absolver uma humanidade sofredora, castigada pela consequência de seus atos. Essa mesma consequência levou Jesus ao madeiro, não para gerar culpa, mas para gerar alívio ao ser humano. Sua convivência com a morte de Jesus precisa ser assumida, pois representa a mesma convivência com a queda. Enquanto o ser humano negar que está afastado de Deus, negará também a morte de Jesus. O ser humano que estiver aberto para reconhecer seus erros e pedir perdão poderá, novamente vinculado pela fé, retornar ao contato com Deus em estado reconciliatório.

A punição de Cristo e a morte romana na cruz podem ser entendidas simbolicamente como o próprio estado do ser humano caído, que ainda não conseguiu se abrir para o amor, que ainda permanece afastado, sentindo-se crucificado. Esses sentimentos negativos de dor e culpa, coniventes com sua morte, não deveriam mais ser sentidos pelo coração da humanidade, pois a ênfase de Cristo não foi trazer a punição e sim o alívio, a alegria, a paz e a liberdade para fazer a experiência do amor divino. Este amor, agora – a partir do exemplo de entrega de Jesus (marco simbólico) – pode ser sentido novamente pela humanidade afastada. Este amor é gratuita e gentilmente oferecido por Deus; um Deus paciente e bondoso que aguarda o contato com o ser humano retraído em si e em seus sofrimentos angustiantes.

Cristo, ao passar pela morte, na ausência completa da face de Deus, reaparece vitorioso, pois era, é e sempre será a presença personificada do Deus vivo. Jesus Cristo

passa da dor para a resplandecente alegria, da morte para a vida, do sofrimento para a plenitude, das trevas humanas para a luz divina. O perdão e a salvação são ofertados incondicionalmente e atemporalmente para todo ser humano que estiver disposto a aceitar a fé, romper o afastamento e abrir-se para a reconciliação com Deus em unidade com Cristo e seu amor entregue. Isso significa que justamente porque Cristo já passou por tudo, a humanidade não precisa mais passar. Seu anúncio é de vitória da vida sobre a morte. Chega de sofrer!!! Basta aceitar esse marco reconciliatório, colocar fé na obra amorosa e entregue de Cristo e sentir o alívio do seu perdão.

2 O aspecto subjetivo da re-ação cristã ao Modelo de καταλλαγή - Reconciliação

Enquanto aspecto objetivo, a reconciliação é compreendida como um presente, dado por Deus para a humanidade. Ela não tem qualquer tipo de envolvimento ou participação. Só Deus pode irromper na história, oferecendo salvação. Isto está além das forças de qualquer ser humano pecador; sempre estará. As próprias boas-novas do evangelho falam ao ser humano: “*Receba a reconciliação, permita que ela se torne eficaz em seu caso. A obra da reconciliação [...] é uma obra fora de nós, em que Deus lida, em Cristo, com os pecados do mundo, de modo que ele não mais seja uma barreira entre ele e os homens*” (LADD, 1984, p. 422). Portanto, para o NT, a reconciliação não é algo em processo, que precisa de colaboração humana, ela já foi feita por Cristo.

A reconciliação que se dá pela morte de Cristo (Rm 5.10) introduz o crente na vida de fé: ela o faz reconhecer-se pecador, liberta-o de seus males e agracia-o com a justificação. “Por sua morte, Jesus Cristo realizou eficazmente a reconciliação dos homens com Deus (Rm 5.10,11)” (MONLOUBOU; DU BUIT, 1997, p. 669-670). Não obstante, “Fé implica em que a morte não seja reconhecida como realidade última e que, por isso, a vida receba enorme valorização. A fé em Deus possibilita uma esperança tão forte que o homem crente possa resistir a tudo que mata e destrói” (BRAKEMEIER, 1982, p. 176). Essa tentativa do homem, que pensa poder obrar negando o aspecto objetivo, até poderia tentar “ser simulada sem Cristo, por meio de persuasão, exemplo, ou educação” (ELWELL, 1990, p. 245). Mas jamais vai conseguir ter êxito diante da lei que a condena. A fé verdadeira não engana, não maquia uma realidade, ela transparece como luz nas trevas, transformando de fato a realidade da pessoa reconciliada.

Nesse processo reconciliatório, depois de receber o ato divino da reconciliação, o ser humano está incumbido da proclamação das boas-novas. O ato primeiro de Deus,

de forma objetiva, cumpre a reconciliação sem qualquer participação ou envolvimento por parte da humanidade. “A reconciliação se faz independentemente da disposição do homem, por pura graça” (BAUER, 1973, p. 936). Depois deste, há o ato seguinte, de santificação por parte da humanidade, quando a mudança operada pela aproximação gera seus frutos, mostrando que a pessoa não só aceitou estar reconciliada, como também atua para estender essa reconciliação aos seus.

Os ouvintes dessa mensagem de reconciliação “lhe respondem e se deixam reconciliar, esta ‘pro-cede’ à sua realização no homem. [...] Neste ‘pro-cesso’ o homem toma parte e deve contribuir, deixando realizar-se em si a permanente ação reconciliatória de Deus” (BAUER, 1973, p. 936). Através de uma vida de fé, que se reconhece pecadora e simultaneamente justificada constantemente, a humanidade pode agir como aquela que está verdadeiramente reconciliada com Deus. “A alienação dá lugar à oração e à comunhão, a hostilidade se torna fé e a rebelião se transforma em obediência” (ELWELL, 1990, p. 245).

A Igreja cristã é tida como um ministério de reconciliação no mundo (2 Co 5.19), “recebendo de Deus, como os embaixadores recebem autorizações de seus governos, a palavra reconciliadora, i.e., a ordem e o poder de estar em paz com Deus” (RICHARDSON, 1996, p. 216-217). A Igreja, por ser portadora do “evangelho da paz” (Rm 10.15; Ef 6.15), da “mensagem da reconciliação”, é o próprio evangelho que roga através das palavras do/a pregador/a aos seres humanos, em nome de Deus, para que se reconciliem. É como se o próprio Deus estivesse rogando, tanto aos que estão longe quanto aos que estão perto, sem distinções (Ef 2.17).²

Os cristãos são capacitados a atuarem como verdadeiros embaixadores (2 Co 5.20; Ef 6.20), até mesmo arautos (*keryx*), ousados no falar, assim como Paulo. Podem agir “em prol de Cristo”, “nos Seus interesses, virtualmente em lugar dEle, pois Cristo já não está fisicamente presente com a Sua Igreja” (COENEN; BROWN, 1989, p. 73). A exortação de Paulo para a Igreja ter que reconciliar-se com Deus “chama atenção ao fato da reconciliação estar incompleta até ser aceita por ambos os lados” (COENEN; BROWN, 1989, p. 73). A mensagem do evangelho opera como uma atividade reconciliadora no mundo; chama para aceitar a reconciliação conforme ela é pregada,

² É perceptível que o ministério da reconciliação não termina na obra de Deus operada por Cristo. “Precisa ser proclamado e recebido. [...] É a mensagem do amor de Deus pelos pecadores, mensagem da reconciliação (Rm 5.8s)” (COENEN; BROWN, 1989, p. 72) que não está endereçada apenas ao mundo, mas principalmente aos cristãos que vivem na Igreja (2 Co 5.20b). “A Igreja, portanto, não menos que o mundo (v.19), precisa entrar nesta reconciliação e viver à altura” (COENEN; BROWN, 1989, p. 73).

gerando fé. Cabe à Igreja aceitar o desafio de responder a esse convite, pregando o evangelho da salvação. “Paulo rogou, implorou e persuadiu pessoas para que se reconcilhassem com Deus (2 Co 5.20)” (YOUNGBLOOD, 2004, p. 1211), enquanto resposta segunda à ação reconciliatória primeira de Cristo.

A reconciliação que salva através da vida de Cristo (Rm 5.10) pode ser considerada como o segundo passo, a resposta humana diante do sim anteriormente dado por Deus. O maior desafio oferecido através da reconciliação pela vida de Cristo é de viver como Jesus viveu. É anunciar as boas-novas através de todo o seu ser, não apenas de palavras. “Acolhendo esta palavra, os homens ‘se deixam reconciliar com Deus’ (2 Co 5.18-20)” (MONLOUBOU; DU BUIT, 1997, p. 670). Há uma resposta humana que precisa ser afirmativa ao abraço oferecido por Deus. A salvação pela vida de Jesus observa seus passos, toma seu exemplo e segue seus caminhos de entrega incondicional. É a transformação visível que se dá pelo contato com o mais divino e puro amor de Deus, como consequência de um ser que já foi agraciado com a justificação e agora está a transbordar de gratidão, querendo estendê-la também ao próximo. O ser que está constantemente se reconciliando com Deus experimenta a vida abundante gerada por Cristo em seu coração. Reconhecer-se salvo pela vida de Jesus é experimentar essa vida em seu próprio ser, apesar de todas as suas limitações e dificuldades, que já foram perdoadas através da reconciliação gerada pela sua morte.³

No “pensamento de Paulo, não se trata de que a fé supra o obrar ante o juízo de Deus, mas que, pelo contrário, ela entra nele [a fé entra no obrar], o transforma, [...] e, *por isso*, recebe a aprovação divina” (SEGUNDO, 1985, p. 444). Paulo, em seu pensamento teológico, nunca quis substituir as obras ou afirmar que fossem desnecessárias; antes, quis afirmar que válidas são as obras movidas pela fé, pois estão transformadas pelo amor generoso que se entrega e é manifesto concretamente do coração humano no seu agir diário.

Fé é precisamente “o estado de ser possuído pela presença divina. Fé [...] não é um ato humano, embora ocorra no homem; fé é obra do Espírito divino, o poder que cria o Novo Ser, no Cristo, no indivíduo, na igreja” (TILLICH, 1967, p. 381). Assim sendo, as características do Novo Ser estão contrárias às do estado de alienação. Agora há fé em vez de descrença e amor em vez de indiferença. Ao introduzir os alienados na unidade com Ele, Deus transforma sua personalidade, bem como seu indivíduo, como

³ “É da maior importância que compreendamos a salvação nos termos de uma relação vital com o nosso salvador vivo. Cristo vive em nós. Sobre esta base podemos ter confiança” (ALLEN, 1961, p. 91).

um todo. Agora ele é “recebido na comunidade dos ‘*sancti*’, a saber comunidade daqueles que são possuídos pelo poder do Novo Ser” (TILLICH, 1967, p. 382).

Portanto, pode-se afirmar que a reconciliação é tanto subjetiva como objetiva:

é impossível, a um homem, aceitar a reconciliação objetiva como dádiva de Deus, sem, ao mesmo tempo, experimentar uma reconciliação dentro de sua própria mente, para com Deus, que o inicia numa vida santificada, que será levada à sua consumação no dia escatológico, quando Cristo apresentará os redimidos, aperfeiçoados em santidade, a Deus. (LADD, 1984, p. 424)

A fé e o amor estão intrinsecamente ligados nesse processo objetivo-subjetivo. A “fé é o estado de ser *possuído* pela unidade transcendente da vida sem-ambiguidade – inclui amor como o estado de ser *introduzido* nessa unidade transcendente” (TILLICH, 1967, p. 484). Portanto, a fé precede o amor assim como o aspecto objetivo precisa prescindir a vontade humana de obrar ativamente. Mas um não pode viver sem o outro. A fé sem amor permanece na alienação, não gera obras, não é ativa, estagnou no meio do processo. Já o amor sem fé é mero sentimentalismo, não foi doado pelo poder divino, não está conectado com sua fonte geradora. Assim, também, o aspecto objetivo só vai estar completo se for respondido subjetivamente. O ser humano não é forte o suficiente para responder à santidade divina, mas vive pela fé gerando obras de amor, dádivas estas que são provenientes do próprio Deus e não de qualquer capacidade humana. Alicerçados em Deus e capacitados por ele, os seres humanos podem reagir a essa reconciliação, com um “sim” bem-disposto, que transforma realidades por pura misericórdia divina, pois Cristo já nos reconciliou primeiro.

“A reconciliação está disponível para aqueles que estão suficientemente interessados em buscá-la” (COENEN; BROWN, 1989, p. 78). Quando aceita em forma de resposta, a reconciliação deixa de ser apenas um processo individual, em que a pessoa vê-se liberta e amada; ela passa a “culminar no encontro com o irmão. [...] Assim, *reconciliação com Deus e reconciliação com os irmãos não são coisas independentes*” (IDÍGORAS, 1983, p. 404). Um mundo unido pela reconciliação de Cristo poderá usufruir desse amor, tanto nas relações com a criação, como com o criador e com os seres criados.

Entretanto, nem tudo são “rosas”. A prática da reconciliação é um grande desafio a ser encarado, tendo em vista as condições desumanas em que se vive no mundo atual.

É claro que a reconciliação é sumamente difícil. É difícil acabar com a opressão que gera conflito, com o empobrecimento do que somos e fazemos,

é difícil superar a *hybris* para pedir perdão, perdoar e deixar-se perdoar. A reconciliação *plena* é, pois, muito difícil; mas, embora não seja mais do que um pouco de reconciliação, é absolutamente necessária. Se não se coloca um fim nos conflitos, simplesmente não se pode viver. (SOBRINO, 2003, p. 92)

Diante da violência e da opressão atuais, a mensagem cristã reconciliatória tenta historizar os passos para a paz. Dessa forma, como uma contrarresposta à injustiça atual, a cristandade como um todo vive “o testemunho de que a vida está acima da morte, de que o amor está acima do ódio” (SOBRINO, 2003, p. 93). Pode-se concluir que trabalhar pela reconciliação é um ato, além de permitido, extremamente necessário, pois este está conivente e em total harmonia com a vontade de Deus.

Uma relação com Deus não pode permanecer em passividade e espera. A partir da condição de agraciamento e reconciliação, o ser humano é chamado a agir no mundo, transformando seu contexto. “Pois a reconciliação de Deus não nos torna passivos. Ela faz de nós novas criaturas, homens novos, por conseguinte ativos e livres (2 Co 5.17)” (COMBLIN, 1987, p. 21).

O objetivo da reconciliação é trazer êxito para a vida humana, trazer uma contribuição positiva, favorável para seu ser. A sociedade como um todo está livre para viver a sua vida sem precisar preocupar-se com o futuro ou com o desenlace final de sua existência. “Podemos dedicar-nos ao momento presente porque, se fomos reconciliados, seremos salvos” (COMBLIN, 1987, p. 21). Também o pecado e a queda não constituem mais uma barreira intransponível. “A reconciliação não é oferecida [apenas] uma vez [...], mas no decorrer da vida toda como uma fonte permanente de renovação” (COMBLIN, 1987, p. 22).

3 Reconciliação e a inauguração de uma nova relação de igualdade

Através de Jesus, Deus reconcilia consigo todos os seres, de todos os “reinos” tanto da terra quanto da natureza. Agora, Cristo é tido como o outorgador da paz. “Apagando a desobediência de Adão (Rm 5.19), Jesus ‘realizou a paz pelo sangue de sua cruz’; os homens não são mais ‘estranhos inimigos’, mas agora estão reconciliados (Cl 1.20-22)” (MONLOUBOU; DU BUIT, 1997, p. 670).

A nova relação de igualdade é observada a partir da reconciliação com Deus, já desenvolvida anteriormente, da reconciliação com a humanidade, em respeito, igualdade e numa nova relação de dignidade e finalmente com todo o planeta e seus poderes cósmicos.

(1) Reconciliação com Deus: O ser humano afastado, agora é reaproximado de Deus, transformado em amigo. Agora é tido por Deus como justificado (Rm 5.9), salvo (Rm 5.9,10), reconciliado (Rm 5.10,11) A “relação fundamental Criador/criatura é restaurada. Cristo é o meio da reconciliação, não aquele que é reconciliado” (DUNN, 2003, p. 275). Deus não imputa aos seres humanos as suas transgressões (2 Co 5.18), olha com igualdade, com amor e se entrega por todos de forma igual e não discriminatória ou partidária. A discriminação e distinção entre pessoas é uma perspectiva humana, não divina. O desafio trazido à humanidade é de poder olhar com uma perspectiva divina para os seus relacionamentos humanos, permitindo que a igualdade amorosa impere em seu meio.

(2) Reconciliação humana:⁴ De forma metafórica, Jesus derruba “‘a parede da separação’ – imagem buscada no Templo de Jerusalém – entre o judeu e o gentio, para criar de ambos ‘um novo homem’, reconciliados ‘em um só corpo com Deus, por intermédio da cruz’, que destruiu ‘a inimizade’” (RICHARDSON, 1996, p. 216). A reconciliação entre a humanidade, que abole até mesmo as mais amargas hostilidades raciais decorre da graça de Deus. Portanto, “Cristo trouxe-nos a paz de Deus por intermédio de sua morte (Rm 5.1; 1 Co 7.15; Gl 5.22; Ef 4.3; Fp 4.7; Cl 3.15; 2 Ts 3.16) capacitando-nos a viver em paz com todos os homens (Rm 12.18; Mc 9.50)” (RICHARDSON, 1996, p. 216).

“Até então divididos, como se achavam judeus e pagãos, agora são ‘ambos reconciliados num só corpo’(Rm 15.2; Ef 2.16)” (MONLOUBOU; Du BUIT, 1997, p. 670). A reconciliação do judeu com o grego também está inserida nesse plano; exemplo típico de todas as barreiras que rompem o relacionamento humano está presente nestes estereótipos bíblicos.⁵

Uma segunda bênção que provém da reconciliação com Deus é uma *reconciliação entre os homens* que se haviam hostilizado. [...] as inimizades

⁴ Na idade patrística, o pecador poderia reintegrar-se na Igreja através de dois atos reconciliatórios: o da penitência e o da comunhão. Segundo a escolástica, a reconciliação não está entre os efeitos da penitência; estão, muito antes, os temas da contrição e da satisfação. Através da eucaristia, a reconciliação vai entrar nos efeitos do sacramento de penitência. Entretanto, apenas a partir do Concílio Vaticano II (já influenciado pelo movimento litúrgico do século XX) é que a reconciliação será introduzida num sentido teológico dentro do sacramento da penitência. “O decreto *Presbyterorum Ordinis* ensina que os presbíteros ‘pelo Sacramento da Penitência reconciliam os pecadores com Deus e a Igreja’ (PO n. 5)” (COMBLIN, 1987, p. 53).

⁵ De acordo com os capítulos 9-11 de Romanos, Paulo pergunta se Deus abandonou seu povo e conclui que não, apenas usou da desobediência de Israel para poder alcançar também os gentios, reconciliando consigo o mundo. “O argumento procede a *fortiori* da rejeição judaica de Jesus; a premissa não declarada é a sabedoria e amor inescrutáveis de Deus, que no Seu tempo determinado, levará a efeito os Seus próprios propósitos (Rm 11.33-36)” (COENEN; BROWN, 1989, p. 72).

humanas, que haviam erigido barreiras entre os homens, foram por terra, e aqueles que estão reconciliados com Deus [primeira benção] gozarão de paz uns com os outros. [...] Assim a hostilidade entre homem e homem é levada ao fim. A reconciliação da hostilidade entre o judeu e o grego pode ser tomada como representante de toda sorte de hostilidade pessoal. Em Cristo, há paz entre os homens. (LADD, 1984, p. 425)

“A igualdade entre judeus e pagãos é agora o grande sinal de que Deus é o único autor da reconciliação” (COMBLIN, 1987, p. 30). Independentemente de sistemas religiosos, Jesus vem ofertar, através da reconciliação, o desafio da quebra de barreiras sociais. A inimizade entre judeus e gentios vinha da lei. Ao superá-la, Jesus demonstra que nem judeus nem pagãos precisam fazer algo para se reconciliarem com Deus, a não ser amarem-se, o verdadeiro caminho da superação.

“Não se pede aos judeus que façam alguma coisa para se reconciliarem com os pagãos, nem aos pagãos que façam algo para se reconciliarem com os judeus. Deus faz tudo por Cristo. Destruindo a lei e formando um só corpo, Cristo faz tudo: reconcilia a todos com Deus e entre si” (COMBLIN, 1987, p. 30-31). Assim como é imediata a reconciliação através do amor-entregue de Cristo, também é lançada para uma escatologia futura sua concretização final (Rm 11.25-32), quando os judeus e gentios se aceitarem mutuamente. Isso significa que a oferta graciosa de reconciliação não fica estagnada, num acontecimento salvífico do passado: ela é diariamente ofertada.

“Ora, Orígenes ensina que a dialética do judeu, do pagão e do cristão ainda existe hoje em dia. Nós todos temos ainda dentro de nós um judeu, um pagão e um cristão. A dialética é um processo interno de cada cristão” (COMBLIN, 1987, p. 33). Até que aprenda a lidar como cada figura simbólica dentro de si, a humanidade segue projetando no outro, aquilo que sente, é ou pensa. “Há sempre dentro da Igreja um polo ‘judeu’ e um polo ‘pagão’. [...] Na sua dialética, S. Paulo não presta tanta atenção aos dois sistemas, mas antes ao relacionamento entre os dois polos. A característica do judeu é a rejeição do pagão” (COMBLIN, 1987, p. 36). Já os pagãos são tidos como pecadores e por isso merecem ser rejeitados, tanto por Deus quanto pelos judeus. Entretanto, Deus inverte os papéis e, ao escolher os gentios, rompe com o exclusivismo dos judeus. Ambos ficam perto de Deus, mas afastados um do outro. Através dessa linguagem simbólica, a humanidade tenta se relacionar, quebrando preconceitos e tentando viver o amor desinteressado constantemente ofertado por Cristo.

Atualmente, essa situação de desentendimento narrada nos relatos bíblicos se repete quando um grupo opta por excluir o outro, gerando exclusivismo e rejeição. Os

“pagãos” reivindicam uma reconciliação verdadeira, isto é, a inversão da situação. “A Igreja, para ser Igreja terá que partir desses pagãos” (COMBLIN, 1987, p. 39) e deixar de ser a única detentora da verdade ou da ideia de exclusividade na “eleição divina”.

Diante dessa desafiadora proposta de reconciliação, não somente os cristãos estão em voga, e sim uma gama de confessionalidades, religiosidades e vertentes. Será que somente os cristãos serão salvos, e o povo de Israel, endurecido e entorpecido, será condenado (Rm 11.7-11)? Ou sua transgressão oportunizou a salvação dos gentios e, por isso, continuam salvos (Rm 11.15)? Será que ainda cabe uma discussão entre judeus e cristãos? O que foi dos negros africanos e dos indígenas que, por séculos na história do Brasil, tiveram imposta uma religiosidade e uma salvação que legitimava a sua condição de escravidão... Será que sua cultura própria não lhes oferecia caminhos de salvação? Até quando a teologia cristã vai fechar os olhos para “o outro” e impor sua forma única de salvação? Felizmente, novas formas de fazer teológico surgem quando se olha para os pobres (Teologia da Libertação)⁶ e para o contato positivo e respeitoso diante das diferentes culturas (macroecumenismo).

Constata-se que o diálogo com o mundo em sentido reconciliatório não pode ficar fechado apenas entre confessionalidades cristãs. Pode expandir-se e reconciliar cristãos separados, judeus, culturas negras, indígenas e asiáticas. “O velho estatuto teológico reduzido à dogmática já não se mostra mais suficiente diante de uma prática de fé em que o mais importante não é a gramática teológica, mas a realidade vivida como experiência do Transcendente nas suas variadas imagens e representações” (SILVA, 2009, p. 2).

Por muito tempo, o evangelho foi tido como impositor e civilizador, isto é, onde era recebido, fazia surgir uma nova civilização e uma nova cultura. É de direito do africano, por exemplo, sair desse discurso colonial e assumir uma teologia própria, que simbolize o divino nas suas concepções. “Tanto em nível pessoal quanto comunitário, a exigência primeira é o respeito para com a fé do povo negro. Uma fé caracterizada por dimensões de universalidade e ecumenicidade que concorrem para uma prática de dimensões abertas ao outro na sua total integralidade” (SILVA, 2009, p. 1). O povo

⁶ “A espinha dorsal da Teologia da Libertação é sem dúvida a ‘opção preferencial pelos pobres’ adotada oficialmente pelas II e III Assembleias continentais do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) em Medellín (1962) e Puebla (1979) e mantida desde então” (SINNER, 2009, p. 2).

africano tem o direito de recuperar a “africanidade” que lhe é particular, isto é, sua visão de vida, cultura, sabedoria e religiosidade.⁷

Assim também os indígenas, no seu contato com o cosmos, com a natureza e o respeito pelo divino manifesto nas suas crenças tribais e culturais têm visto Deus.

Na América Latina, as religiões indígenas e negras têm um elevado senso de comunhão com a natureza. A relativa pobreza do cristianismo sobre este assunto pode ser instrumento oportuno para a necessária humildade das Igrejas em aprender com outras culturas o que a elas Deus revelou. (BARROS, 2009, p. 3)

Pode-se com certeza afirmar que há diferença entre livro da Vida e livro da Bíblia.

O cosmos a cultura e a religião indígena são esse Livro da Vida, no qual descobrimos originalmente a revelação de Deus. A Bíblia é um instrumento para fazer o discernimento da Revelação no Livro da Vida, à condição de que sejam os próprios sábios indígenas que os utilizem, com suas próprias mãos. (RICHARD, 2000, p. 473)

Da mesma forma, a Teologia Planetária (1984) surge para libertar os asiáticos de um sistema missionário caracterizado pelo classicismo, racismo, sexismo e religionismo. Este simbolizava uma atitude de superioridade de quem pretendia monopolizar Deus em benefício próprio. A teologia cristã da Ásia sofreu uma ‘escravidão ocidental’ da qual reivindica ser libertada.⁸ A Teologia da Libertação propõe oferecer uma soteriologia baseada na religião tribal daquele povo, isto é, aprender a falar a sua língua e a língua de sua própria espiritualidade. Assim, essa teologia, que se preocupa com o oprimido e o empobrecido da cultura em questão, recupera uma relação com as outras religiões, agora, de dignidade e não de imposição, aprofundando essa relação com laços de paz e de respeito.⁹

⁷ Nasceram movimentos de recuperação da consciência negra a partir do *apartheid*. Também em resposta aos movimentos surgidos nos EUA pedindo pelos direitos civis, com Martin Luther King, e do Poder Negro, com Stokely Carmichael, há uma ligação da teologia negra sul-africana com a teologia negra norte-americana. O Movimento de Consciência Negra de 1970 relaciona a fé cristã com política e luta por dignidade. Entre negros africanos e norte-americanos, existe o respeito e identidade na luta pela mesma causa. Eles lutam para afirmar os valores da humanidade negra que a cultura europeia desqualificou (sem esquecer que existem negros e pobres lá também) (GIBELLINI, 1998, p. 468-471).

⁸ A teologia do “Cristo-das-religiões” pretende ser uma teologia inclusiva de valores do povo em questão, mas exclusiva no sentido de trazer uma mensagem libertadora que dignifique o povo asiático. Isso se dá quando o missionário se revela cristão através de uma experiência de libertação, no diálogo e colaboração com religiões não cristãs (GIBELLINI, 1998, p. 479).

⁹ Teologia da Libertação (EAAT, em Acra; EATWOT III, em Wennappuwa – Ásia, 1979; EATWOT IV, em São Paulo, 1980; EATWOT V, em Nova Délhi – Índia, 1981; EATWOT VI, em Genebra, 1983; EATWOT VII, em Oaxtepec – México, 1986) e a teologia da libertação na Ásia e África concordam no aspecto da terceiro-mundialidade, isto é, condição de pobreza inadmissível, mas diferem no polo da asiaticidade, pelos contextos e religiões diferenciados. A opção preferencial pelos pobres também foi

A Teologia do Terceiro Mundo (EATWOT – Ecumenical Association of Third World Theologians, com seu 1º fórum de debate no congresso de Dar-es-Salaam, 1976) é uma teologia que parte da realidade de povos oprimidos e culturas desprezadas; não quer ser vista como um prolongamento de uma teologia ocidental, mas como uma nova teologia, que não se sente neutra e atua conciliando reflexão crítica com frentes de engajamento contra exploração, racismo, sexismo e acúmulo de riquezas.¹⁰

Nada disso é afirmado para que haja confusão ou mescla de crenças, muito antes pelo contrário, pois o que é diverso edifica. Mas antes, enfatiza-se a reconciliação para que se dignifique e qualifique “o outro” (independentemente de ser o judeu ou o gentio, segundo linguagem bíblica, ou até mesmo o cristão ou não cristão dos dias atuais) enquanto portador de preciosa alteridade. Como fica o cristianismo diante dessa ousada forma de se olhar para a salvação? É relevante e de grande valor para o cristão atual, mas não precisa ser normativo. Há salvação para o cristão, o judeu e “os gentios” deste maravilhoso e belo mundo plural sem que se precise impor dogmas, normas ou regras a serem seguidos. Apela-se para a consciência cristã de que as pessoas estão livres para ser tratadas com respeito e dignidade sem precisarem “dançar a nossa música”. É fácil dizer para o outro “ou se joga o nosso jogo ou então está fora”. Mas a proposta reconciliatória vem justamente quebrar esse exclusivismo. A salvação jamais foi monopólio de um sistema religioso, quer seja cristão, quer seja muçulmano, quer seja “budista”.

A verdadeira reconciliação se dá quando “o outro” é respeitado e aceito pelo que ele é, possuidor de valor e dignidade, visto como um igual e não como inferior ou “desprovido de salvação” só porque não crê no mesmo salvador. É o mesmo que afirmar que apenas porque não se passou por um processo de conversão com dia e hora certos não se é salvo, ou porque não se foi batizado com determinada idade não se está dentro dos padrões exigidos por Deus ou pela Igreja. Todos esses ritos são de grande valor e extremamente importantes para aqueles que os seguem, o que o modelo da

defendida no contexto latino-americano. Na Índia, defendeu-se a luta por uma plena humanidade e por um lugar justo na história. Em Genebra, perguntou-se como fazer teologia num mundo dividido e propôs-se sua renovação através da contribuição das teologias feminista, de resistência, de conversão, da crise, política e evangélica radical. No México, refletiu-se a respeito do significado da cristologia em um continente, como a Ásia, onde os cristãos são minoria insignificante (GIBELLINI, 1998, p. 479-482).

¹⁰ Teologia contextual (EATWOT II, em Acra - África, 1957) é aquela que corresponde ao contexto de vida e cultura dos africanos. Clama por libertação também nas estruturas políticas, econômicas e meios de comunicação. Teologia do Outro (EATWOT VII, em Oaxtepec, 1986): Em Oaxtepec, alarga-se o conceito de minorias, além dos pobres na AL, África, Ásia e EUA, também os oprimidos na Europa e Nova Zelândia são incluídos. O outro revela-se na diferença de raça, sexo, cultura e país, pois enquanto Deus for Deus do Outro, a teologia se converterá ao outro (GIBELLINI, 1998, p. 449-455).

reconciliação propõe é que se exercite a tolerância com aqueles que não passam pelos mesmos ritos, aqueles que têm os seus próprios símbolos para se comunicar com Deus ou, até mesmo, aqueles que não querem passar pelo desafio e a alegria/tristeza de experimentá-los.

Pode-se constatar que sempre haverá reconciliação quando as pessoas escolherem agir com respeito, reconhecimento de valor, admiração e manifestação de dignidade no relacionamento com o próximo e com a religião do próximo. Assim, judeu e grego são desafiados a darem as mãos e, num gesto de abraço afetuoso, acolhimento e respeito mútuo, unirem-se para conversar sem brigas. Todas as nações e religiões são desafiadas a conviverem sustentando a reconciliação ofertada como dádiva divina em suas vidas e na vida dos povos deste planeta. Finalmente, quando a relação entre os seres humanos estiver novamente reconciliada, haverá harmonia no planeta em toda natureza.

(3) Reconciliação em dimensões cósmicas/planetárias: Percebe-se que a oferta de reconciliação não é apenas ofertada aos seres humanos (Rm 5.11; 2 Co 5.18), mas também a todas coisas no céu e na terra, incluindo os poderes espirituais e as autoridades deste mundo (Cl 1.20; 2 Co 5.19). Nesse processo reconciliatório, a própria natureza entra em voga, como ser vivente que clama por uma ação salvífica efetiva. Esta já foi irrompida por Cristo, mas agora desafia igualmente o ser humano a praticá-la e assim reconciliar-se com o planeta ao seu redor. Ele é convidado a parar de agredir a natureza ou de desconsiderá-la, num ato de desrespeito ou indiferença, e passar a lutar por ela, numa atitude de coragem, determinação e fé entregue.

4 Reconciliação planetária, uma proposta divina em meio ao mundo de Paulo

Antes de uma explanação a respeito da reconciliação com o cosmos e o planeta, precisa-se identificar o que, para Paulo, significava a reconciliação do mundo todo, sobre a terra e, inclusive, entre os poderes celestiais. As potências, segundo o judaísmo, seriam anjos, os intermediários entre Deus e o povo, os mediadores da lei. Assim, a mensagem de Paulo atingiria o mundo material e invisível, onde não só os seres humanos e Deus se reconciliam, mas também os anjos estão em paz com a humanidade, ajudando-a enquanto servos e mensageiros do Altíssimo.

Já de acordo com a concepção dominante no mundo pagão, as potências seriam poderes ou forças que lutavam para trazer ordem à criação, apaziguar as guerras e

ordenar o caos. Só há luta entre elementos visíveis porque também há luta entre potências invisíveis. “A mensagem paulina da reconciliação da criação seria uma resposta a essa angústia do mundo pagão” (COMBLIN, 1987, p. 43), onde forças invisíveis e poderes se reconciliam com a humanidade, gerando paz e equilíbrio entre os mundos.

Há também alusão a potências rebeldes, que precisam ser reconciliadas com Deus, pois escravizam os seres humanos. Elas voltam à disciplina ao subordinarem-se a Cristo (Cl 2.15). “Se as potências são de procedência grega, a reconciliação atinge diretamente o kosmos, mundo material feito do céu e a terra. Pois as potências não governam apenas o céu (astros), mas também a terra. Se as potências se reconciliam, é sinal de que o mundo material também vai ficar reconciliado” (COMBLIN, 1987, p. 44-45)

Segundo Cl 1.19-20, Cristo reconcilia o mundo inteiro, inclusive os poderes rebeldes. Essa reconciliação abrange tudo, inclusive os condenados e os próprios demônios que, no final dos tempos, também receberão a salvação e entrarão em unidade com Deus.¹¹ Pode-se concluir que Cristo traz unidade não apenas entre poderes, anjos, forças benéficas ou maléficas, mas verdadeira integração para o gênero humano e celeste.

Pode-se assegurar que a entrega amorosa de Jesus não serviu para redimir apenas a humanidade. Afinal de contas, “quem é o nosso próximo: apenas os nossos irmãos humanos ou todos os seres vivos?” (SOFFIATI, 1988, p. 128).¹² Os problemas ecológicos não podem ser levados em consideração apenas a partir do momento em que ameaçam a existência humana, voltada tão somente para o centro de suas atenções. O ser humano, reconciliado com Deus e com o seu irmão, também é convidado a se deixar reconciliar com todo o ecossistema. Tanto a nova realidade divina, inaugurada pelo ato reconciliatório de Cristo, quanto a piedade e a disposição amorosa no coração do ser humano podem restaurar a natureza e transformar o planeta.

¹¹ Quem entendeu essa reconciliação de forma radical foi Orígenes, alegando que até os demônios fariam parte da reconciliação final. “Os [teólogos] modernos parecem menos interessados pela sorte final dos demônios e dos condenados, e mais interessados pela sorte do mundo material, do mundo objetivo que é o companheiro do homem no seu destino terrestre” (COMBLIN, 1987, p. 46).

¹² “Também os bichos morrem nos braços de Deus e pertencem, em sua espécie ao corpo místico de Cristo, estão em Cristo e Cristo neles. Mais: põe em dúvida a hierarquia dos seres vivos ao afirmar que a diferença não conduz à superioridade” (SOFFIATI, 1988, p. 128).

5 Reconciliação planetária, uma proposta divina em meio à crise mundial

Percebe-se que o clamor da ecologia pouco se fez ouvir diante da crise no planeta; crise esta que remete a uma quebra na dinâmica de que o mundo gira em torno do progresso. A preocupação com a natureza “ocupa a cena ideológica científica, política, ética e espiritual” (BOFF, 1995, p. 17). A concepção de que a ecologia deve ser preservada por todas as áreas do planeta “fez com que a ciência deixasse os laboratórios e se inserisse organicamente na natureza, onde tudo convive com tudo formando uma imensa comunidade ecológica. Importa recuperar a visão global da natureza e dentro dela as espécies e seus representantes” (BOFF, 1995, p. 18).

A partir do século XVI, época das grandes navegações e do reaquecimento do comércio europeu, iniciou-se um novo processo na história do planeta, baseado na colonização, na expansão e na exploração. O trabalho passa a ser concebido apenas como atividade de apropriação da natureza e esta passa a ser tratada apenas como mero objeto de conhecimento e de domínio. “Ela não possui valor intrínseco, mas apenas de uso” (CNBB, 1992, p. 15). É vista como um reservatório inesgotável de recursos, é transformada em mercadoria para o consumo e ao mesmo tempo em um depósito de lixo, que aceita tudo sem reclamar.

Em meados do século XX, no contexto da guerra fria, o caminho do desenvolvimento e da modernização foi imposto às sociedades subdesenvolvidas ou atrasadas como um caminho de superação da sua pobreza. “O paradigma de desenvolvimento a ser alcançado era a sociedade de consumo norte-americana. [...] A questão da dívida externa mostra muito claramente o uso de um dispositivo financeiro a serviço da subordinação política” (CNBB, 1992, p. 16). Esse modelo de desenvolvimento primeiro apresentava as sociedades de terceiro mundo como “atrasadas e subdesenvolvidas, depois em desenvolvimento, e, mais recentemente devedoras e pobres. [...] do ponto de vista das populações que, excluídas do processo de acumulação e riqueza, efetivamente pagaram – e ainda pagam – os custos sociais e ambientais deste modelo” (CNBB, 1992, p. 17). O que está em jogo na luta das culturas indígenas, mulheres e negros é o direito à cidadania, na busca por garantia da existência física, cultural e pelo reconhecimento de serem verdadeiros atores sociais.

O fracasso desse projeto desenvolvimentista se evidencia pelo crescente empobrecimento dos países do hemisfério Sul, pela concentração de renda, pelos excluídos do mercado de trabalho formal, pelo acesso negado aos direitos básicos de

cidadania bem como pela acelerada degradação ambiental. “As consequências desastrosas do atual modelo desenvolvimentista nos força a repensar as condições de sobrevivência e melhoria da vida humana e da natureza” (CNBB, 1992, p. 20). Desse modo, como o capitalismo desencadeou um processo violento de destruição dos recursos naturais para alcançar seus objetivos de lucratividade, também o socialismo, ao reproduzir a mesma lógica produtivista, deixou a desejar em relação ao meio ambiente (15% do território da ex-URSS e 13% da Polônia estão em situação de catástrofe ecológica) (CNBB, 1992, p. 21).

Pode-se constatar que há uma crise mundial generalizada com relação ao meio ambiente. O neoliberalismo tem tentado superar essa crise, no entanto, nesse sistema, os interesses privados sempre se encontram acima dos interesses públicos. O poder sobre a vida e a morte de uma coletividade acaba transformando quem maneja esse poder num verdadeiro dominador e explorador. Até quando os governos serão gerenciados por pessoas que visam a seus interesses acima do bem social e natural? São muitos os casos de desrespeito à vida, de irresponsabilidade diante da morte de populações inteiras e do desmatamento de vastas áreas de florestas que estão sempre de novo ameaçadas, diante de uma existência precária (CNBB, 1992, p. 22-24). A luta pelo direito à vida e a busca pela construção de uma sociedade mais solidária, atenta ao clamor da natureza, com líderes mais responsáveis, só poderão nascer a partir da vivência da fé e do amor divino.

6 Reconciliação planetária, uma proposta divina em meio à crise ambiental

Tendo em vista que as condições de conservação, desenvolvimento e de manutenção da vida no planeta estão atualmente mais delicadas do que nunca, urge que a humanidade se responsabilize pela sua parte no processo de manutenção do ecossistema. A humanidade não pode resignar-se diante da difícil situação em que o planeta se encontra hoje. Pelo contrário, o amor ao planeta dá continuidade à caminhada em direção à reconciliação divina.

Se houver um equilíbrio nas atividades humanas, isto é, se elas se tornarem menos agressivas e mais harmoniosas com a vida, a natureza pode ser capaz de regenerar seus recursos naturais. O desenvolvimento sustentável não se restringe apenas ao crescimento econômico, fator desencadeante da ambição humana e conseqüentemente da ameaça à vida no planeta. Antes, prevê “a superação da pobreza e o respeito aos limites ecológicos, aliados ao aumento do crescimento econômico, como condições para se alcançar um padrão de sustentabilidade em nível mundial” (CNBB,

1992, p. 27). Através desse desenvolvimento sustentável, a natureza é tida como um bem capital, isto é, um bem de valor dentro da cadeia de produção. Sempre que a capacidade assimilativa do meio ambiente for ultrapassada, os custos serão pagos pela empresa através de auxílio ambiental, como reflorestamento, diminuição na emissão de gases poluentes, auxiliando, assim, na compensação do mal praticado contra o planeta.

Outra alternativa são os avanços científicos sendo usados e criados em favor do meio ambiente e felizmente condicionados às necessidades do planeta. Existem soluções voltadas para a unidade do bem social comum, basta reconciliar o capital natural, humano e cultural (valores, recursos e instituições) através de uma boa administração e de boas intenções para com o planeta. Com os avanços tecnológicos e a razão humana, as pessoas estão aptas a usar o que têm de melhor e assim

produzir novos instrumentos e descobertas para proporcionar um mundo melhor. [...] Até mesmo a reorientação necessária do progresso humano, que passaria de uma acumulação de mais e mais bens materiais para um desenvolvimento de valores interiores, situa-se dentro das possibilidades da razão humana. Nossa tarefa não é explorar e abusar da criação de Deus, mas estimá-la e protegê-la da destruição. Para alcançarmos esse alvo, Deus nos dotou de uma mente que discerne e nos concedeu sua autorrevelação em Jesus Cristo a fim de nos recordar dessa tarefa. (SCHWARZ, 1995, p. 538-539)

É essencial ressaltar que, nessa busca por uma solução ecológica para o mal que assola o planeta, seguramente o amor é outra possível resposta para a união entre indivíduos, céus e terra. “A nova ciência e as novas percepções holísticas da realidade reabrem-se à espiritualidade como possibilidade concreta de diálogo, com promissoras consequências ético/ecológicas” (TELLES, 2009, p. 4-5). Somente através da reconciliação com Deus, os seres humanos poderão existir em plenitude. Quando a pessoa é guiada não mais por seus instintos ambiciosos, que visam tão somente ao lucro através da exploração da natureza, e sim pela integração e a manutenção da vida, com respeito e carinho pela vida no planeta, então estará pronta para experimentar a verdadeira libertação. Até hoje, a humanidade ainda insiste em viver o castigo, pois desrespeita e mata. A partir do momento em que essa unidade benéfica com Deus e as criaturas ao seu redor for uma realidade, a humanidade estará pronta para viver em favor da criação divina, em unidade com ela, querendo para a vida no planeta o próprio bem que hoje quer para si.

A nova criação já começou através da entrega de Cristo. Isso significa que a transição de nossa situação presente não precisa ser para o apocalipse e o final

destruidor dos últimos tempos, mas antes, uma transição que vai em direção a algo melhor para este planeta. Através da fé, essa transição torna-se uma possibilidade real para toda a humanidade. Jesus iniciou uma nova vida. “Imitando-o, descobrimos que deveríamos viver neste mundo como seres responsivos a Deus e responsáveis para com Ele. Esta postura excluiria uma compreensão de progresso como acumulação de bens materiais” (SCHWARZ, 1995, p. 539). A ênfase está justamente na qualidade interior de vida bem como na realização do ser enquanto ser profissional, familiar e habitante deste planeta. O seu sentido de vida é o que mais importa, e não o acúmulo financeiro que o faz destruir a vida do planeta e dos irmãos que trabalham ao seu redor.

7 Reconciliação planetária, uma proposta divina para a concepção bíblica de sujeição à natureza

A relação entre Deus, o ser humano e o mundo precisa ser reinterpretada, não mais sob a ótica da dominação e da sujeição, mas antes, num sentido autenticamente bíblico, através do amor de Deus pelo mundo. A ênfase não está em quem manda mais ou quem tem o poder nas mãos para agir em favor do planeta. Este está ameaçado e precisa de ajuda, clamando para que a humanidade aprenda a viver o amor emanado de Deus para o bem de sua criação. O poder do divino criador vale-se do ser humano e de sua conduta responsável para gerir o cosmos a serviço da vida (e não para dominar seu semelhante e a natureza). Enquanto a humanidade for rebelde e virar as costas para o projeto reconciliatório divino, sua queda continuará em declive e ela se resumirá em uma coletividade de pessoas à procura de sentido, atrapalhando o trabalho de Deus, ou em mais um ser humano perdendo tempo na face da terra. Os seres humanos são os responsabilizados pelo cuidado e boa administração da criação e isso não pode ser negligenciado.

A natureza, bem como todos os ecossistemas, merece o direito à existência e o respeito que lhe é devido. Afinal de contas, a harmonia no universo bem como seu equilíbrio não é algo estático, imutável, que a humanidade recebe sem precisar prestar contas um dia. Se está em mãos humanas, a própria humanidade deve administrá-la com respeito e responsabilizar-se por sua preservação. Esta é “uma tarefa constante que implica esforço conjunto com Deus e com os demais humanos durante todos os dias” (HERNÁNDEZ, 2003, p. 43).

Se o ser humano parar de atrapalhar o trabalho de Deus e passar a contribuir com Ele em harmonia e entrega, então a natureza estará salva. Deve-se continuar

lutando para manter essa reconciliação ativa, sempre por parte do ser humano, que ora aprende o amor e o manifesta, ora prefere o ódio e deixa que seus instintos naturais e corrompidos o guiem. Isso sempre gerará problemas, não só com relação ao ecossistema, mas também nos relacionamentos entre homens e mulheres, etnias, religiosidades, povos, culturas e classes.

A reconciliação e o perdão divinos não podem

aceitar o mal para que tudo continue igual e nada se mova, mas orientar tudo para a harmonia da vida, da comunidade, de Deus. [...] Nós humanos, irmãos maiores do conjunto, devemos contribuir com a melhor parte, isto é, a capacidade de reconhecer e louvar o Criador e Formador, e de entrar em relação de solidariedade com os irmãos. Em outras palavras, ser coração da Terra para sintonizar com o Coração do céu. (HERNÁNDEZ, 2003, p. 45)

Felizmente, “tanto a primeira criação quanto a nova criação são produzidas por Deus” (SCHWARZ, 1995, p. 533). Graças a Ele o mundo está mantido e sustentado pela fé e pelo amor. Sintonizar com o coração divino é manifestar essa dádiva em um humano coração pulsante, que por sua vez transmite esse amor a outros seres que contata. Quanto mais se invoca e sustenta esse amor divino, mais o planeta se beneficia através desta atitude. Claro que não se pode viver em um inativismo, mas também não se pode ignorar o poder do amor no convívio humano.

“Todos os seres animados ou inanimados fazem parte deste conjunto maravilhoso, nele e com ele interagimos. Podemos melhorá-lo ou podemos pô-lo a perder com nossas ações. [...] Homens e mulheres somos diferentes, mas nos unimos para a vida” (HERNÁNDEZ, 2003, p. 43). A humanidade é responsável enquanto ser de fé, que vive em amor, por restaurar e recriar o mundo sempre que ele é atacado. “Sozinhos não podemos consegui-lo. Só Deus também não. Mas juntos certamente o conseguiremos” (HERNÁNDEZ, 2003, p. 44).

8 Reconciliação planetária, uma proposta divina para a concepção humana de sujeição à natureza

Depois de uma reflexão centrada no que o ser humano faz em prol do planeta, deve-se reconhecer o outro lado, isto é, o que o ecossistema e a natureza fazem em favor do ser humano. Pode-se humildemente reconhecer que a natureza não precisa apenas dos cuidados humanos para sobreviver. A natureza é muito forte, do contrário já teria se

extinguido há tempos: muitos séculos de devastação vieram antes de a intenção humana começar a agir contra ela.

Importa ressaltar também que a natureza opera de forma ativa, contribuindo para o cuidado do planeta. Cabe ao ser humano entregar-se incondicionalmente à proposta da natureza; uma proposta de profunda sabedoria, de conhecimento do universo, de harmonia com o todo, que age em funcionalidade e em solidariedade cósmica, na unidade com o planeta, os sóis, os mundos e os sistemas solares.¹³ “Isso certamente ajudou a aproximar a TL [Teologia da Libertação] de uma visão holística da divindade, na qual o próprio universo é como o corpo da divindade e esta se manifesta no conjunto da vida no planeta” (BARROS, 2009, p. 7).¹⁴

Deus estende graciosamente a possibilidade de aprender com a natureza. A força que tudo move de forma benéfica e que está presente na natureza pode ser observada, sentida e aprendida pelos seres humanos. Em aceitando “viver em harmonia com a natureza”, o ser humano poderá deixar-se guiar por esse poder pleno, que está muito além do seu controle.

Nessa tensão entre não cuidar da natureza por interesse de bem-estar próprio e agir contra ela ao lhe tirar proveito, muitos seres humanos têm optado “pela deteriorização do meio em favor do desenvolvimento. [...] Este constitui ainda um ideal-tipo para a sociedade” (BOFF, 1995, p. 21). A sociedade bem como seus representantes ainda preferem fazer o mal para o planeta e ter seu “galardão” injusto, como lucro, poder, prazer e proveito próprio às custas do planeta, a fazer bem ao planeta e ajudar a si mesmos. “Há agressões contra a natureza e vontade de dominação porque dentro do ser humano funcionam visões, arquétipos, emoções que levam a exclusões e a violências” (BOFF, 1995, p. 22).

Percebe-se que os valores e antivalores que atingem as relações ecológicas são aqueles provenientes do próprio sistema de relacionamentos parentais (internos) com que o ser humano trata a si próprio e a seu meio. Quando ele aprender a amar a si mesmo, a Deus e ao próximo, poderá gerar uma nova aliança com Deus (reconciliar-se internamente para estender essa harmonia em seu meio externo também), ou negar a si mesmo. Ao negar-se, ele “apenas fortalece a trégua com a natureza, deixando vigorar a

¹³ “Deste procedimento resulta o holismo (*hólos* em grego significa totalidade). Ele não significa a soma dos saberes ou das várias perspectivas de análise. [...] Ele traduz a captação da totalidade orgânica e aberta da realidade e do saber sobre esta totalidade” (BOFF, 1995, p. 19).

¹⁴ “Leonardo Boff e outros assumiram a já clássica distinção entre panteísmo (tudo é Deus) e panenteísmo (Deus está em tudo, ou tudo está em Deus), já desenvolvida por Spinoza e explicitada pelo filósofo alemão Karl Christian Frederich Krause (foi quem inventou o termo)” (BARROS, 2009, p. 7).

mentalidade de possessão, de domínio e de exclusão com referência aos outros humanos e à natureza” (BOFF, 1995, p. 23).

Junto ao *logos* (razão) está o *eros* (vida e paixão), o *pathos* (afetividade e sensibilidade) e o *daimon* (a voz interior da natureza[humana]). A razão não é nem o primeiro nem o último momento da existência. Nós somos também afetividade (*pathos*), desejo (*eros*), paixão, comoção, comunicação e atenção para a voz da natureza que fala em nós (*daimon*). Esta voz nos fala na interioridade e pede para ser auscultada e seguida (é a presença do *daimon* em nós). Conhecer não é apenas uma forma de dominar a realidade. Conhecer é entrar em comunhão com as coisas. (BOFF, 1995, p. 31)

Para comungar com o mundo é preciso, primeiro, amar a si próprio e, em conjunto, amar a realidade. O planeta é uma imensa comunidade da qual o ser humano é membro; todos os elementos dessa comunidade estão interligados e contribuem para o bem-estar conjunto da humanidade. Tudo que se fizer em favor da natureza ressoará em favor da humanidade. Da mesma forma, tudo o que o homem fizer contra si mesmo ressoará contra todo o planeta. A vontade de trazer vida, gerar vida e manter a vida ecoa para tudo e em todos. “Impõe-se, pois, a tarefa de ecologizar tudo o que fazemos e pensamos, [...] propor-se o inclusivo contra todas as exclusões, conjuntivo contra todas as disjunções [...]. Assim o novo paradigma começa a fazer sua história” (BOFF, 1995, p. 32).

“Formamos um todo orgânico articulado e re-ligado. Não existe um ser desgarrado do outro” (BOFF, 1995, p. 95). Nessa unidade, em que toda a humanidade gira unida ao redor do mesmo sol que traz vida, habitante do mesmo planeta que dá conforto e sustento, ela pode encontrar seu sentido e saber que jamais esteve só. Pode religar-se ao Deus atencioso e presente (e não ausente, distante ou indiferente), encontrar em profundo amor por si o sentido de sua existência e, engajada nesse propósito, unir-se à vida ao seu redor. Não estará mais querendo usar o outro para seu bem-estar ou abastecer-se dos meios naturais, como um parasita para sobreviver; terá na fonte a solução para os seus problemas e dessa fonte jorrará a abundância que tanto procura e espera. Essa fonte de amor divino é estendida para toda a humanidade; está apenas aguardando até que a humanidade consiga amadurecer em seu propósito de servir por amor desinteressado.

Em se permitindo amar e se amando profundamente, o ser humano estará apto a contatar com a proposta de crescimento da natureza e assim aprender com ela. Enquanto a humanidade só quiser tirar vantagem da natureza, gerará destruição e não sairá do caos, do desligamento da fonte divina. Em se reconciliando com a fonte geradora de

amor, o ser humano estará abastecido, profundamente saciado em suas necessidades básicas, sem precisar que a natureza lhe ofereça tudo. Afinal de contas, o amor próprio é algo que só o ser humano pode fazer por si mesmo e ninguém mais.

Ao saber-se amado e sentir-se preenchido por essa fonte divina de vida, o ser humano terá muito o que compartilhar com a natureza, sábia e rica em si mesma (e ainda assim ansiosa pelo contato integrador com a vida humana, que, junto dela, compartilha o mesmo solo, a mesma casa). Ao aceitar essa proposta de aprendizado mútuo, em que a humanidade se liga com todo o ecossistema, o ser humano terá uma vida plena e abundante; pois foi justamente para isso que nasceu, para isso que foram colocados juntos: para que finalmente se encontrassem em união integradora.

Pode-se constatar que, diante da crise ecológica atual, a verdadeira mudança é aquela que ocorre no interior do ser e se projeta resplandecente como uma mudança constante durante sua existência. Essa mudança de atitude garantirá a manutenção da vida, pois o ser que habita este planeta é um ser dotado de sentido, de amor e de alegria. Enquanto não se encontrar através da fé, também não saberá como aceitar a reconciliação oferecida a ele por Deus, que tanto lhe quer bem e quer bem às criaturas que vivem ao seu redor. É justamente nessa entrega e através dessa disposição em servir a Deus, ao próximo, e à natureza que o ser humano se deixa reconciliar e transforma-se em servo: um verdadeiro instrumento nas mãos de Deus, filho amado e amoroso, que se entrega abnegadamente, respeitando-se e respeitando a vida ao seu redor. Isso não vem dele, mas é dom de Deus.

Conclusão

Pode-se concluir que a oportunidade de mudança ofertada por Deus se inicia transformando o ser humano desde o interior, no seu contato íntimo com a divindade, perpassa sua existência, alcança o próximo e se reflete na forma como ele lida com o planeta e com todos os grupos que nele habitam. Para haver reconciliação efetiva com o planeta, é preciso, além de morar nele, respeitá-lo e amá-lo como Deus amou o ser humano ao se entregar por ele. O ato reconciliatório gera a verdadeira comunhão entre natureza e seres humanos diante do desvelamento da divindade.

Graças ao Criador, os seres da micro e da macrologia são colocados juntos, numa comum pertença, habitando a mesma casa, apesar de tão profundas e ricas diferenças. Esse grande sistema equilibrado e regulado, se preservado, também trará seu retorno de

forma harmônica e completa, no todo do universo. Cabe ao ser humano abrir-se para sua proposta integradora de unidade, sem se esquecer de amar-se e preservar-se íntegro em seu ser, fiel aos seus sentimentos e sustentando-se em amor próprio. Essa sensibilidade ecológica e fraterna pode ser desenvolvida quando se reconhece que Deus está em tudo e tudo está em Deus; o próprio ser humano faz parte dessa harmoniosa e desafiadora existência, contribuindo para o bem-estar pessoal e geral do planeta. Este caminho pode ser trilhado quando se está ciente do seu próprio sentido de vida e em sintonia com o aprendizado que ele lhe proporciona.

Quando o ser humano permitir que a proposta divina se torne uma realidade através de seu ser, a reconciliação transmitida através da palavra de Deus e do gesto doador e amoroso de Jesus Cristo romperá fronteiras, não só entre nações e gênero humano, mas também entre todos os seres vivos (inclusive o gênero celeste), para se tornar verdadeiramente divina, amorosa e reconciliatória.

Referências

BARROS, Marcelo. **Os gemidos da criação**: desafios à Teologia da Libertação. In: FÓRUM MUNDIAL DE TEOLOGIA E LIBERTAÇÃO, 3, 2009, Belém. Disponível em: www.wftl.org/pdf/005.pdf.

BAUER, Johannes B. **Dicionário de teologia bíblica**. São Paulo: Loyola, 1973. v. 2.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, grito da terra, grito dos pobres**. São Paulo: Ática, 1995.

BRAKEMEIER, Gottfried. **Cartas aos Romanos**: capítulos 1 a 6. São Leopoldo: Faculdade de Teologia, v. 2., 1982.

CATÃO, Francisco. O itinerário teológico da relação Deus-ser humano-natureza. **Espaços**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 109, 1996.

COENEN, Lothar; BROWN, Colin (Ed.). **O novo dicionário internacional de teologia do Novo Testamento**. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1989. v. 4.

COMBLIN, José. **Teologia da reconciliação**: ideologia ou reforço da libertação? Petrópolis: Vozes, 1987.

CNBB - CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - Setor de Pastoral Social. **A Igreja e a questão ecológica**: leitura ético-teológica a partir da análise crítica do desenvolvimento. São Paulo: Paulinas, 1992.

- DOUGLAS, J. D. (Org.) **O novo dicionário da Bíblia**. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1995.
- DUNN, James D.G. **A teologia do apóstolo Paulo**. São Paulo: Paulus, 2003.
- ELWELL, Walter A. **Enciclopédia histórico-teológica da Igreja Cristã**. São Paulo: Vida Nova, 1990. v. 3.
- FORDE, Gerhard. A obra de Cristo. In: BRAATEN, C. E.; JENSON, R.W. **Dogmática cristã**. São Leopoldo: Sinodal, 1995. v. 2.
- GIBELLINI, Rosino. **A teologia do século XX**. São Paulo: Loyola, 1998.
- HERNÁNDEZ, Eleazar López. Reconciliação e perdão no mundo indígena; Perspectiva da América Central. **Concilium: Revista Internacional de Teologia**, Petrópolis, v. 5, n. 303, p. 42-45, 2003.
- IDÍGORAS, J. L. **Vocabulário teológico para a América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1983.
- LADD, George E. **Teologia do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: Juerp, 1984.
- MONLOUBOU, L; DU BUIT, F. M. **Dicionário Bíblico Universal**. Aparecida: Santuário, 1997.
- RICHARD, Pablo. Interpretação Latino-Americana da Bíblia: realidade, método, prospectiva. In: SUSIN, Luis Carlos (Org.). **Sarça ardente: teologia na América Latina: perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2000.
- RICHARDSON, Alan. **Introdução à teologia do Novo Testamento**. São Paulo: Aste, 1996.
- SCHWARZ, Hans. As principais correntes da escatologia cristã. In: BRAATEN, C. E.; JENSON, R.W. **Dogmática Cristã**. São Leopoldo: Sinodal; IEPG, 1995, v. 2.
- SEGUNDO, Juan Luis. **O homem de hoje diante de Jesus de Nazaré: história e atualidades: Sinóticos e Paulo**. São Paulo: Paulinas, 1985. v. 2, t. 1.
- SILVA, Marcos Rodrigues da. **Teologia afro-americana com um olhar nos passos da comunidade e suas atitudes de Fé: corpo e terra imagens do Deus da vida**. In: FÓRUM MUNDIAL DE TEOLOGIA E LIBERTAÇÃO, 3, 2009, Belém. Disponível em: www.wftl.org/pdf/009.pdf.
- SINNER, Rudolf von. **Da Teologia da Libertação para uma teologia da cidadania como teologia pública**. In: FÓRUM MUNDIAL DE TEOLOGIA E LIBERTAÇÃO, 3, 2009, Belém. Disponível em: www.wftl.org/pdf/018.pdf.
- SOBRINO, John. O cristianismo e a reconciliação; caminho para a utopia. **Concilium: Revista Internacional de Teologia**, Petrópolis, v. 5, n. 303, p. 82-93, 2003.

SOFFIATI, Arthur. **Ecologia**: reflexões para debate. São Paulo: Paulinas, 1988.

TELLES, Antônio Carlos. **Teologia amazônica libertadora**. In: FÓRUM MUNDIAL DE TEOLOGIA E LIBERTAÇÃO, 3, 2009, Belém. Disponível em: <www.wftl.org/pdf/015.pdf>

TILLICH, Paul. **Teologia sistemática**. São Paulo: Paulinas, 1967.

YOUNGBLOOD, Ronald F.; BRUCE, F. F.; HARRISON, R. K. **Dicionário ilustrado da Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 2004.